PROMULGAÇÃO

Sarney treme, fica nervoso, mas depois cede e descontrai

por Amauri Teixeira

de Brasilia Depois de uma manhã tranquila em sua residencia oficial no Palácio Alvorada, o presidente José Sarney não pôde evitar o nervosismo na hora de jurar a nova Constituição brasileira, promulgada ontem. Acompanhado pelos líderes do partido na Constituinte, Sarney chegou ao plenário às 15h30 e, na hora do juramento, não teve como disfarçar o tremor de sua mão direita, erguida com os dedos separados.

Em seguida, porém, durante boa parte do discurso do deputado Ulysses Guimarães, que se transformou no ponto alto da promulgação (veja matéria na página 8), o presidente José Sarney manteve-se impassivel - nos momentos mais duros do discurso, como quando Ulysses fez referência aos governos militares afirmando que "a sociedade foi Rubens Paiva, não os fascinoras que o mataram", o presidente permaneceu imóvel, indiferente aos aplausos a Ulysses.

O presidente teve poucos momentos de descontração durante o discurso, mas riu quando Ulysses afirmou que permanecia tanto tempo sentado na cadeira da presidência da Constituinte, que havia gerado "até interpretações divertidas pela não ida a lugares biologicamente exigiveis"

Na chegada ao Congresso, no entanto, ao ser recepcionado por Ulysses e pelo presidente do Supre-mo Tribunal Federal (STF), Rafael Mayer, Sarney estava descontraido e manteve um diálogo bemhumorado com o presidente da Constituinte. "Sauda-des desta casa", disse Sarney a Ulysses, ao encontrálo na garagem do Senado, antes de sairem para a revista à tropa, "Isto aqui é um clube seleto", respon-deu Ulysses. "Dizia Dinarte Mariz que o Senado é o céu", completou Sarney, referindo-se ao falecido se-

O presidente prosseguiu com bom humor. "Não é fácil essa tarefa dos deputados de aparecer atras, nas fotografias", brincou, diante de um reporter foto-gráfico. Antes de se dirigirem à entrada do Congresso, Ulysses ainda perguntou ao presidente se ele ja estava preparando as malas, indagando sobre a viagem que Sarney fará neste mēs à União Soviética.

No final da cerimônia de promulgação, o presidente evitou comentar o discurso de Ulysses. "O que tinha de dizer, disse em meu pronunciamento", afirmou.

Antes de ir para o Congresso, o presidente Sarney aproveitou o dia de ontem. ponto facultativo em Brasília, para descansar. Acordou cedo, fez uma caminhada de cinco quilômetros e, em seguida, tomou café com a familia e leu os jornais. Até a hora de ir para o Congresso, recebeu poucas pessoas no Alvorada. Alguns deputados estaduais do Maranhão, o ministro José Reinaldo Tavares, dos Transportes, e almoçou com a familia, seu amigo, o senador Alvaro Pacheco, e o governador do Maranhão, Epitácio Cafe-

"O presidente está bem, e não há o menor sinal de preocupação", disse Cafeteira, na saida do almoço. "O presidente está escrevendo suas memórias e vai conclui-las em breve, depois que deixar a Presidência", acrescentou.

PARTICIPAÇÃO

Nos gramados, ausência de público surpreende

por Edson Beû

No momento em que o deputado Ulysses Guimarães promulgava a oitava Constituição do Pais, o pipoqueiro Welington da Silva, 49 anos, pai de seis fi-lhos, morador de Ceilandia, a cidade-satélite mais distante do plano piloto, puxava desiludido seu carrinho pelo gramado do Congresso Nacional, de volta para casa. "Esperava o dia mais rendoso e mais bonito de Brasilia, mas foi uma

decepção", reclamou. Welington estava na Praca dos Três Poderes desde as primeiras horas da manhã e, até o meio da tarde, tinha vendido apenas dez saquinhos de pipoca, por falta de consumidor. O povo foi, como testemunha a reclamação do pipoqueiro, o grande ausente da festa que começou com chuva. O mau tempo até obrigou os organizadores do evento a transferir para o interior da Câmara dos Deputados a realização de um culto ecumenico, programado para as 9 horas, no gramado da Esplanada dos Minis-

O culto, presenciado por Ulysses, foi um dos instantes da solenidade que registrou a maior aglomeração de público - quase mil pessoas. A maioria era formada de evangélicos, que acabaram monopolizando o ato religioso. Vestidos de camiseta com a inscrição "Eu pertenço a Jesus", eles bradavam os ensinamentos bíblicos sob a inspiração do pastor Geziel Go-

O segundo momento de participação popular aconteceu quando os representantes dos três poderes da República, Ulysses Guima-

rães (Legislativo), o presidente José Sarney (Execu-tivo) e o ministro Luis Rafael Maier (Judiciário), subiram a rampa do Congres-so, para dar inicio ao ato de promulgação.

A cerimônia do Plenário podia ser acompanhada do salão verde da Câmara, por um telão. Mas do lado de fora do Congresso não auto-falantes para o pequeno público ouvir o momento em que o deputado Ulysses promulgou, entusiasticamente, a nova Carta.

O tenente-coronel Cardoso, que comandou a operação de segurança realizada pela Policia Militar do DF informou que mobilizou 2,5 mil soldados, incluindo uma guarnicão da Cavalaria. O Congresso foi cercado por centenas de policiais, que impediram a aproximação dos popula res. Na Esplanada dos Ministérios, o trânsito de automóveis foi impedido por três barreiras do Detran. O tenente-coronel explicou que as autoridades de Brasilia armaram um esquema para eventos de grande afluxo de populares. No final, ele confessava-se surpreso com a ausência do público.

O deputado Alceni Guerra (PFL-PR) não viu essa ausência como um sinal de ceticismo do povo com a nova Constituição. Na sua opinião, faltou major divulgação do evento pelos meios de comunicação da capital. Ontem, não houve expediente nas repartições publicas. Mas os servidores também não compareceram à festa. Alguns preferiram vé-la pela televisão, outros aproveitaram o dia para ir aos shoppings. pois o comércie funcionou normalmente na cidade.

AMAPA

Território vira estado mas quer mais recursos

por Yves Leon Winandy de Belo Horizonte

A promulgação da nova Constituição brasileira, ontem, em Brasília, repercutiu de forma festiva em Belo Horizonte, durante os trabalhos finais da reunião de secretários de estado da fazenda realizada nesta cidade. "Acabamos de virar estado", comemorou, na ocasião, por volta das 16:30 horas, o subsecretário de finanças do Amapá, Lindo-

val Queiros Alcantara. Recebida por palmas das cerca de sessenta pessoas participantes dos debates, essa manifestação de alegria, porém, foi de curta duração, dando lugar, novamente, às questões que mais preocupam o governo do novo estado. Sua receita própria de tributos, hoje, da ordem de CZ\$ 100 milhões mensais, por exemplo, não dá para pagar mais de 10% de sua folha de pagamentos, que soma os salários dos cerca de 8 mil funcionários estaduais.

"STATUS"

DE ESTADO "Estamos sem condições econômicas para gerar os recursos necessários para manter o "status" (recemadquirido) de estado da Federação", explicou o subsecretario. Segundo ele, para financiar todas as necessidades do novo estado seriam necessários cerca de CZ\$ 3 bilhões mensais, em receita própria e transfe-

rências do governo federal.

"A liberdade, a dignidade, a democracia"

por João Alexandre Lombardo de Brasilia

"Falando com emoção aos meus companheiros, às autoridades, ao Brasil, declaro promulgado o documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justica social no Brasil. Deus nos ajude que isso se cumpra." A frase foi pro-nunciada pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, exatamente às 15,50 horas de ontem, sob os aplausos de um Plenário lotado de constituintes, autoridades, jornalistas e convidados. Naquele momento, a Carta em vigor desde 1969 foi extinta, dando lugar a uma nova ordem constitucional, regida pela chamada "Constituicão Cidadã'

A promulgação da nova Constituição foi uma festa. cujo personagem principal foi o deputado Ulysses Guimarães, Aplaudido de pe pelo Plenário, no começo da cerimônia, ele foi ovacionado pelos parlamentares, ao longo de um discurso de meia hora, que encerrou a solenidade realizada no plenário da Cámara dos Deputados, onde a Carta foi votada. O presidente da Constituinte autografou os originais da Carta, com uma caneta que lhe foi oferecida pelos funcionários. O presidente José Sarney, repetindo a cerimônia instalação da Constituinte, integrou a mesa que dirigiu os trabalhos. Assim como todo o Plenário e o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer, ele jurou cumprir a nova Carta. "Prometo manter, defender, cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a União, a integridade e a in-dependência do Brasil", afirmou o presidente, que tinha as mãos visivelmente trėmulas. Sarney foi aplaudido ao concluir seu jura-

o lider do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), protestou quando o deputado Ulysses Guimarães pediu aos líderes partidários que conduzissem o presidente Sarney e o presidente do Supremo, ministro Rafael Mayer, até a mesa. "Peço que colaborem para que a solenidade se realize num tom impessoal, um tom em que se respeite as autoridades, independente dos nomes. Trata-se do pre-sidente da República e do Supremo Tribunal Federal. Rogo que introduzam suas excelências, que vêm aqui

Um pouco antes, porém,

por um imperativo que não é nosso", afirmou Ulysses. O líder pedetista cedeu ao argumento mas, juntamente com os lideres do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e do PC do B, Haroldo Lima, não acompanhou o presidente até a mesa, integrada também pelo relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (AM), e pelo presidente do Senado, Humberto Lucena (PB).

O senador Afonso Arinos

(PSDB-RJ), que presidiu a Comissão de Sistematização, discursou na solenidade, em nome de todos os constituintes. O presidente da Assembléia de Portu-Victor Crespo, também falou, representando os chefes dos parlamentos de países americanos, da Espanha e de todos os países de fala portuguesa. Mas o discurso que mais palmas arrancou do Plená-rio foi o do deputado Ulysses Guimarães.

"A Assembléia Nacional Constituinte rompeu contra o 'stablishment', investiu contra a inércia, desafiou tabus. Não ouviu o refrão saudosista do Velho do Restelo, do genial canto de Camões. Suportou a ira e perigosa campanha mercenária dos que se atreveram na tentativa de aviltar legisladores em guardas de

suas burras abarrotadas com o ouro de seus privilé-gios e especulações", afirmou o presidente da Constituinte, acrescentando: "A Nação nos mandou executar um servico. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo"

"A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia", disse Ulysses Guimarães, mais adiante. Ele voltou a repetir que se pode discordar da nova Carta, mas sem descumpri-la. "Traidor da Constituição é traidor da Pátria", salientou, outra vez sob os aplausos do Plenário. Repetiu também o nome pelo qual prefere chamar a Carta. "Tem substância popular e cristă o título que a consagra: A Constituição cidadã'

Ulysses criticou a ditadu-ra, no discurso. "Temos odio à ditadura (...) O Estado autoritário prendeu e exilou. A sociedade, com Teotônio Vilela, pela anistia, libertou e repatriou. A sociedade foi Rubens Paiva, não os facinoras que o mataram", afirmou. Ele disse ainda que a moral é o cerne da Pátria e a corrupção, "o cupim da Repúbli-

Ulysses recordou que a sociedade mobilizada nos comícios pelas diretas-já, derrotou o "Estado usurpapela transição. Ele terminou seu discurso com as palavras que usou na instalação da Constituinte: "A Nação deve mudar... muda Brasil".

O senador Afonso Arinos, ao ocupar a tribuna, afirmou que a garantia dos di-reitos individuais é cada vez mais eficaz e operativa nas constituições contemporâneas. Mas a garantia dos direitos coletivos e sociais, fortemente capitulados nos textos, sobretudo nos países em desenvolvimento, como o Brasil, torna-se extremamente duvidosa. Segundo ele, o mandado de injunção será o instrumento que tratará do problema.

O senador Afonso Arinos lembrou que presidiu a co-missão que foi incumbida, pelo falecido presidente Tancredo Neves, de redigir o anteprojeto de Constituição, que o presidente Sar-ney, "embora lhe dedicasse belo e generoso discurso", preferiu não remeter à Assembléia Nacional Constituinte. Ele fez também um relato histórico das constituintes brasileiras.

O dever dos parlamentares, de sustentar a nova Constituição, foi enfatizado pelo senador. Ele dedicou boa parte da fala aos ataques que vém sendo enfrentados pela classe política. "Senhores constituintes, pensemos seriamente neste movimento, talvez não intencional, mas seguramente orquestrado, que visa desmoralizar a classe política. Lembremos aos brasileiros de boa fé que política é exatamente governo, e que por detrás da campanha insidiosa que atinge a milhões de brasileiros de boa fé, pode haver a intenção de acabar, não com a política, que não acaba nunca, nem pode acabar, mas com as liberdades que estão garantidas na Constituição que elabo-

Na sessão de ontem, a última da Constituinte, verificou-se um clima de confraternização entre todos os deputados e senadores, que trocaram autógrafos nas suas constituições. Ulysses Guimarães, ao despedir-se dos constituintes, desejou que não houvesse o reencontro. "Nosso desejo é o da Nação: que este plenário não abrigue outra Assembléia Nacional Constituinte".

ramos, como nunca estive-

ram garantidas em nenhu-

ma outra."

(A Integra do discurso feito ontem pelo deputado Ulysses Guimarões está no página 8)

Arinos defende os políticos

Esta é a íntegra do discurso feito ontem na Assembléia Nacional Constituinte pelo senador Afonso

Senhores Constituintes Permiti que o mais idoso dos representantes do povo com as-sento desta Assembleia agra-deca de todo coração a honra que só por aquele título lhe foi concedida, de falar em nome dela nesta data em que a palavra do Brasil, ao se eievar nes-te recinto, ressoa em todo o

A experiência histórica bra-sileira em matéria constituinte é bem antiga. Provém da Cons-piração da Inconfidência, ocor-rida em 1788 na Capitania de Minas Gerais.

Minas Gerais.

O Tiradentes, herói e martir daquele grande episódio, inspirava-se em um livro francês dedicado ao estudo da Constituição dos Estados Unidos da América, elaborada havia aperas um ano.

dos da America, elaborada ha-via apenas um ano.

A primeira Constituinte bra-sileira foi convocada pelo principe-regente D. Pedro an-tes da Independência por deci-são de 3 de junho de 1822, e elei-ta pela grande maioria das provincias.

Desde a sua instalação, a 3 de maio de 1823, revelou-se o insanavel conflito entre a Assembléia, expressão da soberania nacional, e o principe-re-gente, aferrado à tradição ab-solutista da monarquia dos Braganças.

Do dissidio crescente resultou a dissolucão da Assem-bleia, pela tropa militar, na noite de 11 de novembro de 1823, a chamada noite de ago-nia. Esta agonia da coação militar sobre a representação popular infelizmente não foi a unica na nossa história.

A Constituinte caiu com honra, enfrentando as ameaças e acusando energicamente o Principe, inclusive com prega-cões em prol da República. O principal redator do projeto foi o deputado Antonio Carlos de Andrada, que tomou por modelo, não mais a Constituição dos Estados Unidos, porém aque-las das Monarquias continentais da Europa Ocidental.

Esse mesmo modelo francés da Carta outorgada pelo Rei Luiz XVIII, em 1814, na fase da Restauração pos-napoleônica, foi embutido na Carta brasileira outorgada, a 25 de março de 1824, pelo já Imperador Pedro Foi redigida por pequena co-missão de brasileiros ilustres, componentes do chamado Conselho de Estados, no qual figu-ravam diplomatas como Ma-ciel da Costa, Marquês de Queluz; escritores, como Mariano da Fonseca, Marques de Mari-ca, autor das famosas "Máximas"; ou provectos juristas, como Carneiro de Campos, Marques de Caravelas, o prin-

cipal redator do documento.

A Constituinte republicana de 1891, na qual predominou o génio de Rui Barbosa, voltou ao modelo americano, que nunca funcionou a contento no Brasil, nem em nenhum outro sistema presidencialista na América. sil, nem em nenhum outro sis-tema presidencialista na Amè-rica Latina, devido a impossi-bilidade da criação, por costu-me e não pelo texto, de um or-gão moderador e constante-mente renovador, como é a Su-prema Corte dos Estados Uni-dos, único país do mundo em que o sistema presidencial fun-ciona a contento. Rui Barbosa, no declinio da vida, rendeu-se a no declinio da vida, rendeu-se a no declinio da vida, rendeu-se a

esta verdade. A terceira Constituinte, A terceira Constituinte, de 1934, que encerrou o longo Go-verno Provisório de Getúlio vários setores sociais, que a re-ciamavam desde a Revolução Paulista de 1932. O texto do projeto foi preparado por uma



Afonso Arinos

Comissão, presidida pelo Ministro do Exterior, Melo Franco, e composta de autros grandes nomes como Assis Brasil, Antonio Carlos de Andrada, João Mangabeira, Osvaldo Aranha e Oliveira Viana. O jurista Carlos Maximiliano, comentador da Constituição de 1891, foi o relator-geral. Concessão perigosa da Comissão foi a eleição do Presidente da República pela Câmara dos República pela Câmara dos Deputados, o que assegurou a Vargas a desejada continuação no poder e o preparo político esmerado da Constituição fascista de 11 de novembro de 1937, que morreu com a morte do fascismo no mundo.

A quarta Constituinte brasi-leira foi a de 1946, época em que a vitória democrática na Segunda Guerra Mundial, determinou um grande movimento constitucional, em toda par-

Na Europa surgiram nove Constituições, na América La-tina, doze, nos países árabes e na Asia, cinco. Ao todo, vinte e seis reordenações jurídicas es-

Iniciou-se, nesta fase, um movimento sem precedentes no processo geral de elabora-ção constitucional, movimento este que continua a se manifes-tar até hoje. Como já acentuatar até hoje. Como já acentua-mos em outra oportunidade: "Tem sido observado, pelos au-tores de Direito Constitucional Comparado, um fenômeno realmente marcante... O Direi-to, nas novas Constituições, pa-rece evoluir, em conjunto, para tornar-se mais um corpo de normas teóricas e finalisticas, e cada vez menos um sistema e cada vez menos um sistema legal vigente e aplicável. Por outras palavras: nunca existiu distância maior entre a letra escrita dos textos constitucio-

nais e a sua aplicação." Hoje poderiamos juntar algo de mais grave, que é o seguin-te: a aplicabilidade dos textos depende, paradoxalmente, da

sua aplicação. Esta situação anômala manifestá-se fortemente no texto de 1988, confirmando-se aquilo que Oliveira Viana cha-mou de "idealismo constitucional". E importante insistir neste

ponto. A garantia dos direitos individuais é cada vez mais eficaz e operativa nas Constituições conteporâneas, mas a garantia dos direitos coletivos e sociais, fortemente capitulados nos textos, sobretudo nos paises em desenvolvimento e particularmente, nas condições do Brasil, torna-se extre-mamente duvidosa (para usarmos uma expressão branda) quaisquer que sejam as afir-mações gráficas existentes nos documentos, como este que estamos, hoje, comemorando dade, ilusão, ou faita de sinceridade, quem sabe de coragem. Direito individual assegurado,

direito social sem garantia: -

eis a situação. O Mandado de Injunção vai ser o instrumento dessas expe-riências. O desejável é que o Supremo Tribunal Federal, preservando suas tradições de competência, diligência e inte-gridade, se esforce para encaminhar soluções viáveis e rea-listas, ou para oferecer inter-pretações aceitáveis às dificul-dades, bem como rumos para o enfrentamento gradual dos problemas, que vão aparecer entre a letra do texto e sua implementação. Recordemos, ainda uma vez,

que este problema não é só nos-so, no Direitp Constitucional moderno. Tudo decorre do demouerno. Tudo decorre do de-sajustamento entre a generosi-dade da aspiração política e a dificuldade da sua implemen-tação jurídica.

Somos, pois, a quinta Assem-bléia Constituinte brasileira. Lancemos um olhar retrospectivo sobre seus trabalhos, que hoje se encerram, em tão consagradora cerimônia. A idéia da Constituinte já se

manifestava, desde o final da década de 70, através de orga-nizações depois transformadas em partidos políticos. Em 1984, formou-se a Aliança Democrática, que indicou o nome do saudoso Tancredo Neves para a Presidência da República. Em 1985, já eleito pelo Colégio Eleitoral, o presidente Tancredo visitou o presente orador, no Rio, e o convidou para presidir comissão incumbi redigir o anteprojeto da Constituição. Formada ela, com per-sonalidades eminentes nas áreas juridica, política, literá-ria, empresarial, trabalhista e científica, iniciou seus traba-lhos em agosto de 1985. Com o dramático falecimento do presidente Tancredo Naves, assu-miu o presidente José Sarney,

se organizou em várias sub-comissões internas e formou comités regionais fora do Rio. que muito adiantavam sua ta-refa. Concluidos os trabalhos em setembro de 1986, foi o texto final entregue ao presidente Sarney, que preferiu não remetê-lo à futura Assembléia, embora lhe dedicasse belo e generoso discurso.

A Constituinte foi eleita em novembro de 1986, e instalada em fevereiro de 1987. Em junho desse ano, foi criada a Comis são de Sistematização presidida pelo mesmo constituinte que chefiara a Comissão lembrada por Tancredo Neves. Aos admiráveis e dedicados membros dessa Comissão, coube o pre-paro final do projeto da Consti-tuição, concluido no mês de novembro e remetido ao plenário que o discutiu, enriqueceu, e finalmente o aprovou, por consagradora maioria.

Cumpre realçar, finalmente, a colaboração direta do povo no processo político, não só através de centenas de propostas remetidas à Comissão de Sistematização, vindas até do exterior, como também pela ação de grupos variados de brasileiros, que atuavam dire-tamente: sindicatos, empresá-rios, militares, professores, mulheres, indios e negros. Era estimulanté e comovente sentir a mobilização direta do povo, desejoso de colaborar na obra de seus representantes. Senhores Constituintes

Concluida está vossa tarefa preferencial, mas outro dever se abre ao vosso cuidado e esforço. Este dever indeclinavel é sustentar a Constituição de

1988, apesar de quaisquer di-vergências com sua feitura, é colaborar nas leis que a tornem mais rapidamente e mais eficazmente operativa, apesar das dificuldades referidas, é colaborar na sua defesa contra a onda que se avoluma e propa-ga no seio do povo, e que visa a atacá-la, tão desabridamente, que esses ataques passaram a envolver toda a classe política. Hoje se está falando dos politi-cos como se constituissem um grupo específico de aproveita-dores hedonistas e mal inten-

É indispensável determo-nos

E indispensável determo-nos sobre este aspecto da atualidade nacional, pois ele envolve
graves consequências.

Comecemos por lembrar que
Ação Política corresponde exatamente à ação de governar as
coletividades sociais e nacionais, integradas no Estado. Se
há Estado (e ele existe desde a
antigüidade grega), há, necessariamente, Política. Na Grécia antiga o Estado era a cidade, como a Atenas de Artitótede, como a Atenas de Aritôte-les, ou a Esparta de Licurgo, e a Politica era o governo da ci-dade. Em Roma o Estado abarcou todo o mundo conhecido e o governo fez politica, durante séculos, primeiro com os reis. depois com a República, depois com o Império .

Na Idade Média não havia Política porque não havia Estado, nem propriamente comu-nidade social, senão que população escassa de senhores e servos disseminados em volta de castelos, em terras que não eram territórios. Com o Renas-cimento renasce o Estado, e com ele a Politica, a terrivel "politica" ditatorial, doutrinada por Maquiavel para os Mé-dicis de Florença. Senhores Constituintes, pen-

semos seriamente neste movi-mento, talvez não intencional, mas seguramente orquestrado, que visa a desmoralizar a clasque visa a desmoranzar a cias-se política. L'embremos aos brasileiros de boa fé que a Política é exatamente Gover-no, e que por detrás da campa-nha insidiosa que atinge a mi-lhões de brasileiros de boa fe-pode haves a intenção de sea pode haver a intenção de aca-bar, não com a Política, que não acaba nunca, nem pode acabar, mas acabar com as liberdades que estão garantidas na Constituição que elabora-mos, como nunca estiveram garantidas em nenhuma outra Derrubar a Constituição, execraros políticos, é derrubar a liberdade para entregar a Política atual à outra "política" isto é, a outro tipo de "go-verno" não declarado, que te-ria em mãos a sorte e o destino do povo, e com ele o próprio fu-turo da Pátria.

O desprezo à Politica não é a sua supressão, pois ela se con-Que haverá por detrás de tu-

do isso? Será que estamos ameaçados de outro tipo de "política", ou seja, as ditadu-ras civis e militares, que têm sido a agonia secular da nossa Senhores Constituintes de hoje, senhores Congressistas de

amanhā: Nosso dever é fazer Politica, isto é, defender e praticar a Constituição Brasileira em vigor, acreditar nela, convocar a Nação para defendê-la, se estiver em risco, reagir contra es-

ses riscos disfarçados. Em su-ma, praticar e defender a Li-

Pazer Politica, é honrar nosso mandato, sustentar nosso trabalho, enobrecer a memória do nosso tempo.

por José Casado de São Paulo (Continuação da primeira página) a diretoria do Banco Cen-

Provavelmente, esse será o primeiro item da agenda de trabalho do Judiciário, sob as novas regras, a partir de hoje. Um grupo de parlamentares, liderado pelo deputado Maurilio Ferreira Lima (PMDB-PE), concluiu ontem a redação de um projeto de lei. a ser apresentado hoje ao Congresso, em caráter emergencial, para regula-

mentar o mandado de injunção. Até à definição legislativa, o Supremo Tribunal Federal (STF) será responsável pelo arbitramento das questões. E, de imediato, prevê-se que o mandado de injunção será invocado ao STF, na tentativa de resolver impasses contratuais no setor financeiro, por causa da limitação aos ju-

As relações entre o capimudam. Instaura-se, a partir de agora, o regime de igualdade de direitos para tabalhadores urbanos e rurais, com vinculo empregatício avulso ou permanente.

A jornada legal de trabalho é menor: oito horas por dia e 44 horas semanais. sendo de seis horas por día para quem trabalha em turno ininterrupto, sem re-

vezamento. Existem novos fatores de segurança trabalhista, a multa de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o aviso prévio proporcional ao tempo de trabalho, sendo no mínimo de 30 dias. Há, ainda, a perspectiva de um aumento de fato no rendimento global do trabalho, proveniente da remuneração das férias acrescida em um terço e da fixação do valor 50% maior para as horas extras na producão.

O direito de greve, antes limitado, passa a ser irrestrito e, no horizonte, à espera de regulamentação, há a perspectiva de participação nos lucros e, até mesmo, na gestão das empre-

Alteram-se, também, e de forma muito profunda, as relações entre a União, os estados e os municípios Comeca uma reforma do sistema tributário que, já no próximo exercício fiscal, impõe ao governo federal uma perda de receita de 17,6%. De forma progressi-va, chegará a 21,26% até 1992, beneficiando os núcleos administrativos estaduais e municipais.

Os consumidores paga-rão mais, é certo. As folhas de salários das empresas sobem, na média, 22,5% no médio prazo. Como contribuintes, passam a ter uma carga adicional de impostos, com origem no Imposto de Renda Estadual e nos tributos municipais novos, como a taxa de melhoria urbana e a taxa sobre a comercialização de combustivel.

Há uma redistribuição de poder na República, segundo determina o texto constitucional. O presidente, por exemplo, deixa de nomear todos os ministros do Tribunal de Contas da União e passa a indicar apenas um dos nove ministros, mesmo assim sujeitando-se á prévia anuência do Congresso, que escolhe seis membros, e os dois últimos indicados pelo Ministério Público.

O que muda no... Nos outros tribunais, acontece quase o mesmo e com participação direta da Ordem dos Advogados do Brasil nas indicações. Toda

> tórios têm, agora, de ser submetidos à aprovação legislativa. Acabam os decretos-leis. Os "pacotes" passam a depender de prévia negociação no Legislativo, e os parlamentares retomam prerrogativas típicas de um regime democrático,

tral e os governos dos terri-

como a de mudar os orçamentos públicos. O presidente da República perde o direito ao veto de palavras em textos legais. Antes, o simples veto a um "não" no meio de um decreto podia inverter o

teor de uma proposta legislativa, por exemplo. Na vida real, porêm, a Presidência não perde grande parte do conjunto de poderes que alguns classificam de imperiais. Ela ainda detém toda a iniciati-

ria. E de política militar. Mas é um começo. Os princípios constitucionais em vigor ainda dependem de 56 leis complementares e 314 leis ordinárias para plena aplicação. Os estados têm de produzir novas Constituições e os mu-

nicípios de adaptar-se às

novas regras.

As empresas, da mesma forma, dependem de uma série de normas sobre como devem operar. Há sinais de que mesmo nas áreas consideradas mais prejudicadas, como a dos grupos estrangeiros - que perderam a preferência nas compras do setor público, os contratos de risco no petróleo e o direito de lavra e pesquisa de minério - a tendência é continuar os negócios já instalados no

Pais. A norte-americana Dow Química e a alemã Siemens, por exemplo, estão anunciando a manutenção de seus programas de investimentos anuais, da ordem de US\$ 50 milhões ca-

da um. Há um consenso, observa Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), de que o funda-

mental é a democracia. Como muitos empresários, ele, um dos conspiradores de 1964 contra o governo constitucional de João Goulart e que resultou na Carta ontem revogada diz-se convencido de que 'não podemos seguir exemplos como o do Chile do general Pinochet (Augusto Pinochet). Simplesmente por que este País não agüentaria".

CONVIDADOS - Delegados de dezenove países das Américas, da África de expressão portuguesa e da Península ibérica levarão de volta para casa, neste final de semana, a imagem de um Brasil renovado. Sentados nas melhores fileiras da galeria da Câmara dos Deputados. eles foram ouvintes privilegiados, na tarde de ontem, do pronunciamento do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Constituin

"Ao saudarmos esta nova Constituição, também estamos a realçar a instauração do genuina democracia no Brasil", disse, em nome de todas as delegações, o presi-dente da Assembléia da República de Portugal, deputado Victor Crespo.

Foi uma "vitória 100%" da UDR por Maria Helena Tachinardi

de Brasilia "Foi uma vitória cem

por cento da classe produtora rural", declarou on-tem com ar visivelmente satisfeito o líder da União Democratica Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, descartando qualquer ponto prejudicial aos interesses rurais na nova Carta.

Segundo ele, as leis que faltam ser regulamentadas passam agora para segun-do plano, diante da impor-

tância de a UDR vencer as eleições municipais. Nos cálculos do presidente da entidade, 70% das prefeituras do Pais serão administradas por políticos ligados à UDR. O próximo passo, diz, é a eleição presidencial, para a qual descarta a sua candidatura, dizendo ser ainda prematura.

Caiado está em plena campanha para que a UDR venca as eleições nos municipios. Visitou, de 26 de setembro até 4 de outubro.

doze estados e, até o próximo dia 16, pretende viajar pelo restante do País. O presidente da Central Unica dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli,

lembrou que os direitos dos trabalhadores na nova Constituição já estão sendo examinados por um grupo jurídico criado pela Constituinte. O grupo, diz, está estudando os direitos já assegurados e aplicáveis e as formas de garantia a sua execução.

complementares.

A outra parte de trabalho do grupo jurídico será formular leis ordinárias e

Meneguelli lembrou que haverá uma reunião no próximo dia 18, em Brasilia, na sede da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), da Frente Nacional de Entidades, para a primeira discussão de entidades sindicais depois da promulgação da nova